



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

8º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

CAMPOS DOS GOYTACAZES

7º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

ITAPERUNA

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2022 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Suponha que Bruce e Cindy, cidadãos americanos casados, aproveitam férias no Brasil quando, por imprevisto de ordem médica, Cindy deu à luz seu filho John.

Considerando o disposto, é correto afirmar que John:

- a) É brasileiro naturalizado e poderá perder sua nacionalidade em virtude da prática de atividade nociva ao interesse nacional.
- b) É brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- c) É brasileiro nato e no futuro poderá se candidatar ao cargo de Presidente e Vice-Presidente da República.
- d) É brasileiro nato, mas não poderá ocupar cargo de ministro do Estado da Defesa.
- e) Apenas será considerado brasileiro após residir um ano ininterruptamente no Brasil e comprovar que tem idoneidade moral.

2) De acordo com a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:

- a) É condição de elegibilidade para o cargo de Prefeito, dentre outras, possuir idade mínima de 18 anos.
- b) É permitida a cassação dos direitos políticos em virtude de condenação criminal transitada em julgado tão somente enquanto durarem seus efeitos.
- c) Pode o governador concorrer à reeleição, mas para isso precisará desincompatibilizar-se, renunciando ao cargo até 6 meses antes do pleito.
- d) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- e) É condição de elegibilidade para o cargo de Deputado Federal, dentre outras, possuir idade mínima de 30 anos.

3) A respeito do entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) O município não é competente para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- b) Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- c) A imunidade prevista no art. 150, VI, d, da Constituição Federal não abrange os filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos.
- d) Caberá reclamação ainda que já tenha transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal.
- e) Quando alugado a terceiros, não será imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, c, da Constituição, ainda que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais de tais entidades.

4) A respeito do controle de constitucionalidade de leis municipais, assinale a alternativa correta:

- a) Lei municipal será passível de controle concentrado de constitucionalidade em face da Constituição Federal perante o Supremo Tribunal Federal, desde que por meio do ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade.
- b) Não será passível de controle concentrado de constitucionalidade a lei municipal em face da Constituição Federal perante o Supremo Tribunal Federal, mas tão somente perante o Tribunal de Justiça, ainda que não viole, simultaneamente, norma da Constituição Estadual.
- c) Não será passível de controle concentrado de constitucionalidade a lei municipal em face da Constituição Federal, mas tão somente controle difuso.
- d) Lei municipal será passível de controle concentrado de constitucionalidade em face da Constituição Federal perante o Supremo Tribunal Federal, desde que por meio do ajuizamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- e) O controle de constitucionalidade de lei municipal não poderá ser exercido em face da Constituição Federal ou Estadual, mas tão somente em face da Lei Orgânica Municipal, fruto do poder constituinte derivado decorrente.

5) Com relação às cláusulas pétreas e às normas constitucionais que versam sobre o processo legislativo, assinale a opção correta.

- a) O processo legislativo envolve a elaboração de várias espécies normativas, entre as quais se incluem as leis delegadas, as medidas provisórias, os decretos e os regulamentos.
- b) A forma federativa de Estado e a forma republicana de governo constituem limites materiais explícitos ao poder de reforma constitucional, na medida em que o poder constituinte originário deixou assente, de modo expresse, a impossibilidade de supressão de tais matérias da normatividade constitucional.
- c) Compete ao STF a iniciativa de proposição de lei complementar que disponha sobre o Estatuto da Magistratura.
- d) São de competência da União as leis que disponham sobre a organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do DF.
- e) Os limites materiais da CF impedem emendas que alterem o texto das cláusulas pétreas, visto que qualquer alteração nessas disposições descaracterizaria o núcleo essencial desenvolvido e explicitado pelo poder constituinte originário.

6) Considerando a disciplina constitucional a respeito do controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, assinale a opção correta.

- a) A ADI admite a intervenção de terceiros, mas a ADC, não.
- b) Uma vez proposta a ADI por omissão, todos os demais legitimados podem manifestar-se, por escrito, sobre o objeto da ação e pedir a juntada de documentos reputados úteis para o exame da matéria, no prazo das informações, bem como apresentar memoriais.
- c) Sendo a ADPF espécie de controle concentrado que visa evitar ou reparar lesão às normas que, materialmente constitucionais, fazem parte da Constituição formal, e não à Constituição em seu conjunto, não cabe reclamação para o STF no caso de descumprimento da decisão.
- d) O STF, seguindo a doutrina constitucional majoritária, entende que a ADPF é cabível contra ato do poder público de natureza administrativa ou normativa, mas não contra ato judicial.
- e) A decisão sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo pelo STF está sujeita à manifestação, em um ou em outro sentido, de, pelo menos, oito ministros, quer se trate de ADI, quer se trate de ADC.

7) Com relação às atribuições e às responsabilidades do presidente da República, ao Conselho da República e ao Conselho de Defesa Nacional, assinale a opção correta.

- a) Na vigência de seu mandato, o presidente da República não poderá ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções, tanto na esfera penal quanto na civil, administrativa, fiscal e tributária.
- b) O presidente da República somente poderá ser processado por crime de responsabilidade após autorização do Senado Federal, pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- c) O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, sendo suas decisões vinculantes nos casos que envolvam declaração de guerra e celebração da paz.
- d) Compete ao presidente da República nomear dois membros do Conselho da República, órgão superior de consulta convocado e presidido pelo chefe do Poder Executivo.
- e) O presidente da República possui competência para dispor, mediante decreto, sobre a criação e extinção de órgãos despersonalizados, mas não de órgãos e entidades dotados de personalidade jurídica e capacidade processual.

8) Relativamente à disciplina constitucional sobre a administração pública, o MP e a AGU, assinale a opção correta.

- a) Segundo decisão liminar exarada pelo STF, permanece em vigor a redação original do dispositivo da CF que consagra o regime jurídico único no âmbito da administração direta, das autarquias e das fundações, tanto na esfera federal como estadual e municipal.
- b) Conforme a CF, o MPU compreende o MP Militar, o MP do Trabalho e o MP Eleitoral, todos dotados de estrutura própria.

- c) Ao MP é assegurada autonomia funcional e administrativa, mas não financeira, pois a elaboração de sua proposta orçamentária é realizada pelo Poder Executivo.
- d) A AGU é instituição chefiada pelo advogado-geral da União, cargo de livre nomeação pelo presidente da República, entre os membros da carreira da advocacia da União.
- e) As funções de confiança e os cargos em comissão, no âmbito da administração pública direta, só podem ser exercidos por servidores ocupantes de cargo efetivo.

9) De acordo com o disposto na CF sobre o Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- a) Compete à justiça militar processar e julgar, singularmente, os militares das forças estaduais nos crimes militares definidos em lei, bem como julgar as ações judiciais contra atos disciplinares militares, sendo da competência dos juízes federais processar e julgar os crimes militares cometidos contra civis.
- b) O STF é o órgão competente para processar e julgar as causas fundadas nas relações internacionais e as relativas à tutela da nacionalidade.
- c) Compete aos tribunais regionais federais processar e julgar os juízes federais e os desembargadores dos tribunais de justiça estaduais da área de sua jurisdição, nos crimes comuns e de responsabilidade.
- d) Em razão da chamada quarentena, os ex-ocupantes de cargos na magistratura estão impedidos de exercer atividade advocatícia perante qualquer juízo ou tribunal até que decorram três anos do afastamento por aposentadoria ou exoneração.
- e) Causas que envolvam grave violação de direitos humanos podem ser transferidas para a justiça federal, mediante incidente de deslocamento de competência suscitado pelo procurador-geral da República, em qualquer fase do inquérito ou processo

10) Assinale a opção correta com base nas normas constitucionais relativas aos princípios gerais do sistema tributário, às limitações do poder de tributar e à repartição das receitas tributárias.

- a) As contribuições de melhoria, de competência exclusiva dos municípios, são tributos cujo fato gerador é a valorização de imóveis urbanos em razão de obras realizadas pelo poder público local.
- b) Pertencem aos municípios 50% do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, mas apenas na hipótese de os próprios municípios realizarem a cobrança e a fiscalização do imposto.
- c) A instituição do imposto sobre transmissão causa mortis e do de doação cabe ao município onde se situe o bem imóvel.
- d) Diferentemente dos impostos, as taxas têm como característica essencial a existência de atividade estatal específica e divisível, ou seja, há a necessidade de o serviço realizado trazer, em tese, benefício potencial e determinado ao contribuinte, que deve pagá-lo ainda que não o utilize.
- e) Pelo princípio da anterioridade tributária, nenhum tributo, seja da União, dos estados, do DF ou dos municípios, pode ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que tenha sido aprovada a lei que o instituiu.

DIREITO CIVIL

11) Sobre a condição, nos termos do Código Civil, é incorreto afirmar:

- a) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto;
- b) São lícitas, em geral, todas as condições não contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes;
- c) Invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados, as condições física ou juridicamente impossíveis, quando resolutivas;
- d) Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa;
- e) Ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, é permitido praticar os atos destinados a conservá-lo.

12) Sobre a prescrição, é correto afirmar, nos termos do Código Civil:

I. Pode ser interrompida por qualquer interessado;

II. A interrupção produzida contra o principal devedor prejudica o fiador;

III. Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível;

IV. A interrupção por um dos credores solidários aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros;

- a) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- b) Apenas a assertiva III está incorreta.
- c) Apenas a assertiva IV está incorreta.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Nenhuma alternativa está correta.

13) Consiste em qual defeito do negócio jurídico o artifício ou expediente astucioso, empregado para induzir alguém à prática de um ato jurídico, que o prejudica, aproveitando ao seu autor ou a terceiro?

- a) Lesão
- b) Coação
- c) Estado de perigo
- d) Erro
- e) Dolo

14) Sobre o negócio jurídico, é errado dizer, de acordo com o Código Civil que:

- a) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum;
- b) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado;
- c) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem;
- d) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir;
- e) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se restritivamente.

15) João é presidiário; cumpre pena num presídio localizado na cidade de Água Limpa e sua família mora em Pedra Azul. José é marítimo, exercendo as funções de marinheiro de navio mercante matriculado na cidade de Rio Vermelho, sendo que sua esposa e filhos moram em Morrinhos. Pedro é servidor público e exerce permanentemente as suas funções na cidade de Serra Verde, sendo que sua esposa e filhos moram em Vale Dourado. O domicílio civil de João, de José e de Pedro é, respectivamente,

- a) Água Limpa, Morrinhos e Serra Verde.
- b) Água Limpa, Rio Vermelho e Serra Verde.
- c) Pedra Azul, Rio Vermelho e Vale Dourado.
- d) Pedra Azul, Morrinhos e Serra Verde.
- e) Água Limpa, Morrinhos e Vale Dourado.

16) É correto afirmar sobre o domicílio:

- a) O domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, será o lugar onde for encontrada;
- b) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela elegeu para as relações que lhe corresponderem;
- c) A pessoa jurídica que possui diversos estabelecimentos em lugares diferentes terá por domicílio o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações;
- d) A pessoa física tem por domicílio o lugar onde ela exerce a sua atividade econômica;
- e) O domicílio necessário do servidor público é o local onde funciona a sede do ente a que representa.

17) Conforme dispõe a norma civilista brasileira a respeito das obrigações alternativas, é correto afirmar que:

I. No caso de pluralidade de optantes, não havendo acordo unânime entre eles, decidirá o juiz, findo o prazo por este assinado para a deliberação.

II. Pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.

III. A escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.

IV. Quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção poderá ser exercida em cada período.

- a) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- b) Apenas a assertiva II está incorreta.
- c) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- e) Nenhuma alternativa está correta.

18) Sobre o pagamento é correto dizer:

- a) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é inválido, ainda provado depois que não era credor;
- b) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, não tem direito a reembolsar-se do que pagar;
- c) Nos débitos, cuja quitação consista na devolução do título, perdido este, poderá o devedor exigir, retendo o pagamento, declaração do credor que inutilize o título desaparecido;
- d) Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias;
- e) O pagamento reiteradamente feito em outro local não faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.

19) Quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior ocorre:

- a) a dação em pagamento.
- b) a compensação.
- c) a confusão.
- e) a novação.
- e) o pagamento com sub-rogação.

20) Acerca dos bens públicos, assinale a alternativa correta:

- a) O local onde funciona a prefeitura municipal é um bem de uso comum do povo;
- b) O uso comum dos bens públicos é, obrigatoriamente, gratuito;
- c) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias;
- d) Os bens dominicais são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar;
- e) Os bens públicos estão sujeitos à prescrição aquisitiva.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) Sobre os princípios que norteiam o direito processual civil brasileiro, assinale a resposta incorreta, com base nas disposições do Código Processual Civil:

- a) O processo, a despeito de começar por iniciativa da parte, sempre se desenvolve por impulso oficial.
- b) O Estado promoverá a solução consensual dos conflitos, sempre que possível.
- c) Deve ser assegurada às partes a solução integral do mérito em prazo razoável, incluída a atividade satisfativa.
- d) A oitiva prévia é um dos corolários do contraditório, de modo que é proibido proferir decisão contra a parte sem que ela seja previamente ouvida, admitindo-se, contudo, exceções, a exemplo da decisão em tutela provisória de urgência.
- e) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, porém nos casos de segredo de justiça, pode ser autorizada a presença somente das partes, de seus advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público.

22) A respeito da competência, assinale a alternativa correta:

- a) Em regra, a ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta no foro de domicílio do autor.
- b) A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência relativa.
- c) Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
- d) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.
- e) A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação e será prorrogada caso o réu assim não o faça.

23) Em relação à intervenção de terceiros, à luz do Código de Processo Civil, é incorreto afirmar:

- a) A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.
- b) Ao requerimento de assistência cabe impugnação no prazo de 15 dias, podendo qualquer parte alegar que falta ao requerente interesse jurídico para intervir, caso em que o juiz decidirá o incidente sem suspensão do processo.
- c) A assistência simples obsta a que a parte principal transija sobre direitos controvertidos, mas não impede que ela desista da ação.
- d) O incidente de descon sideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial e será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
- e) A repercussão social da controvérsia, a relevância da matéria ou a especificidade do tema objeto da demanda permitem ao juiz ou relator, inclusive de ofício, solicitar ou admitir no processo a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada.

24) Sobre os serviços auxiliares da justiça, é correto afirmar que:

- a) O mediador poderá sugerir soluções para o litígio e atuará exclusivamente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes.
- b) O conciliador atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes e auxiliará aos interessados de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.
- c) A mediação e a conciliação serão regidas conforme a livre autonomia dos interessados, exceto no que diz respeito à definição das regras procedimentais.
- d) É vedado às partes escolher, de comum acordo, o conciliador, o mediador ou a câmara privada de conciliação e de mediação, sendo certo que a escolha ocorrerá por distribuição entre aqueles cadastrados no registro do tribunal, observada a respectiva formação.
- e) A confidencialidade é princípio que, dentre outros, informa a conciliação e a mediação.

25) Em relação à sistemática dos prazos prevista no Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei, mas no caso de omissão legal, cabe ao juiz determinar os prazos conforme a complexidade do ato.
- b) Os prazos processuais computam-se em dias úteis.
- c) Permite-se à parte renunciar expressamente ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.
- d) Considera-se tempestivo o ato mesmo que praticado antes do termo inicial do prazo.
- e) Os prazos são contados em dobro para todas as manifestações dos litisconsortes com diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, inclusive em processos com autos eletrônicos.

26) Sobre o julgamento antecipado parcial do mérito, pode-se afirmar que:

- a) Não é admitido no ordenamento jurídico vigente.
- b) É admitido, mas a decisão que julgar parcialmente o mérito somente poderá reconhecer a existência de obrigação líquida.

- c) Cabe apelação contra a decisão antecipada que julgar parcialmente o mérito.
- d) A parte poderá liquidar desde logo a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito.
- e) É cabível a execução, desde logo, da obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, desde que a parte preste caução equivalente.

27) Acerca dos requisitos e do indeferimento da petição inicial, é incorreto afirmar que:

- a) Contra a decisão de indeferimento da petição inicial é cabível agravo de instrumento.
- b) A manifesta ilegitimidade da parte é uma das hipóteses para o indeferimento da petição inicial.
- c) Apresentando defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, o juiz determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.
- d) O pedido com as suas especificações deve ser indicado na petição inicial, sendo certo que é lícita a cumulação, em um único processo, de vários pedidos contra o mesmo réu, independentemente da existência de conexão.
- e) A petição inicial será indeferida em caso de inépcia, que ocorre, por exemplo, quando falta pedido ou causa de pedir.

28) Acerca da validade dos atos processuais, pode-se dizer, à luz do Código de Processo Civil, que:

- a) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida, inclusive, pela parte que lhe deu causa.
- b) É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir, cabendo ao juiz anular todos os atos praticados no processo.
- c) A nulidade dos atos que o juiz deva decretar de ofício não está sujeita à preclusão.
- d) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, sendo certo que a nulidade de uma parte do ato prejudicará as outras mesmo que dela sejam independentes.
- e) A nulidade do ato impede o julgamento do mérito ainda que a decisão se dê em favor da parte a quem aproveite tal decretação.

29) Sobre a sistemática recursal no direito processual brasileiro, é correto afirmar que:

- a) O recurso de apelação está sujeito, em regra, ao efeito suspensivo, descabendo cumprimento provisório da sentença que decreta a interdição.
- b) A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida.
- c) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- d) Não cabe agravo de instrumento contra decisões que versam sobre incidente de descon sideração da personalidade jurídica.
- e) Serão julgados em recurso ordinário, pelo Supremo Tribunal Federal, os processos em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

30) Sobre a coisa julgada, é incorreto afirmar que:

- a) Apenas a decisão que julgar totalmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.
- b) Não fazem coisa julgada os motivos e a verdade dos fatos.
- c) É vedada a prolação de nova decisão sobre as questões já decididas relativas à mesma lide, mas a parte poderá pedir a revisão do que foi estatuído na sentença quando versar sobre relações jurídicas de trato continuado e sobrevier modificação no estado de fato ou de direito.
- d) É requisito indispensável à homologação da decisão estrangeira a inexistência de ofensa à coisa julgada brasileira.
- e) A ofensa à coisa julgada é hipótese de rescisão de sentença de mérito transitada em julgado, no prazo, em regra, de 2 anos, contado a partir do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.